

TRABALHO, SABERES SOCIAIS E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DE
PESCADORES ARTESANAIS NO ESTADO DO PARÁ¹
Doriedson do Socorro **Rodrigues** – UFPA/GEPTE/CUNTINS
Ronaldo Marcos de Lima **Araujo** – UFPA/GEPTE/PPGED

Introdução

No presente trabalho, analisamos saberes sociais (DAMASCENO, 1995; GRZYBOWSKI, 1986) produzidos no trabalho por pescadores artesanais como elementos potencializadores de uma identidade, necessária para a construção de seus processos organizativos e do ser social enquanto fração de classe que se opõe ao *modus operandi* do capital, partindo do pressuposto de que as experiências comuns no trato da pesca foram-lhes criando condições viáveis para que, ao longo de uma trajetória histórica, organizassem-se politicamente por meio de uma entidade representativa de classe, a *Colônia de Pescadores Artesanais Z-16*², de modo a atuar enquanto classe na realidade por eles vivenciada.

A pesquisa foi desenvolvida junto a pescadores³ ligados a essa *Colônia*, sediada no município de Cametá⁴, nordeste do Estado do Pará, pautando-se metodologicamente no materialismo histórico-dialético (MARX, 2008; VÁZQUEZ, 1968), numa articulação entre o local e o universal, sem perder de vista as contradições oriundas de uma sociedade de classes,

¹ O presente trabalho constitui-se um recorte da tese de doutoramento “Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará em 2012.

² Embora o termo *colônia* possa suscitar a imagem de um coletivo de pescadores vivendo da pesca à margem de um rio, a *Colônia de Pescadores Artesanais Z-16* se constitui na entidade representativa de classe desses sujeitos, reunindo 15.000 associados de diferentes comunidades do município cametaense. Sua fundação data de 1923. Segundo Moraes (2002), a letra Z refere-se à *Zona de Pesca* e o número 16 indica ser esta Colônia a décima sexta criada no Estado do Pará. Para Costa (2006, p. 153), a *Colônia Z-16* se constitui em organização política importante para o alcance dos interesses dos trabalhadores na região em que se encontra o município de Cametá: “Diante das duras condições sociais e econômicas, o *campesinato regional vem se organizando e a força com a qual os trabalhadores têm conseguido intervir na vida política da região é fruto de um razoável capital social acumulado na construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos tradicionais*. Organismos de classe como a Colônia de Pescadores Z-16, fundada ainda na década de 1920 e o STR que data dos anos 1960, bem como uma rede de associações, no decorrer desses anos vêm impulsionando mudanças qualitativas no que se refere à organização de sua base social, conquista de créditos e financiamento de projetos agrícolas e ambientais, bem como vitórias eleitorais sobre antigas e tradicionais oligarquias” (grifos nossos).

³ Registre-se que há autorização dos sujeitos das entrevistas para uso de fala na presente investigação.

⁴ O município de Cametá, segundo o IBGE (2010), pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião Cametá, apresentando uma área correspondente a 3.122 km². Limita-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao sul, com o de Mocajuba, a leste, com o de Igarapé-Miri e a oeste, com o de Oeiras do Pará. Ainda segundo o (IBGE, 2010), o município cametaense apresenta uma população de 110.323 habitantes, dos quais 47.984 encontram-se na zona urbana e 62.339 na zona rural. Trata-se de um município com contingente rural maior do que o urbano. Com relação aos pescadores artesanais nesse município, eles estão presentes em um total de 122 localidades, com 523 comunidades cristãs, inseridas nas ilhas de Cametá (cf. FURTADO & BARRA, 2004, p. 23). A fundação do município data de 24 de dezembro de 1635.

observando-se os dados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas a partir da análise de conteúdo (BOGDAN & BIKLEN, 1994; FRANCO, 2007; MINAYO, 2004; BARDIN, 1997).

Três seções integram este texto. Em uma primeira, tratamos de refletir sobre a categoria *saberes sociais*. Em seguida, analisamos a constituição do ser social pescador por meio do trabalho, a fim de iniciarmos uma terceira seção intensificando uma análise sobre a construção de identidade por meio do trabalho desenvolvido pelos pescadores e os impactos sobre seus processos de organização política.

1 Sobre Saberes Sociais

Grzybowski (1986), em suas pesquisas sobre questões educacionais atreladas a problemáticas camponesas, utiliza a categoria *saberes sociais*, colocando-a como elemento que permite compreender a organização, a consciência social, os interesses e as ações coletivas de trabalhadores do campo. Para o autor, os “saberes sociais” seriam um “[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes, em situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 50).

A partir dessa caracterização semântica, depreende-se que se trata de um “[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes [...]” oriundos da luta de classes, “[...] produzidos pelas classes”. Trata-se, então, na perspectiva dos trabalhadores, de saberes por eles gerados para fundamentarem o próprio processo de construção contra-hegemônica, partindo-se do disposto por Grzybowski (1986, p. 51) de que “As classes sociais, em sua disputa por hegemonia, têm necessidade de elaborar e difundir concepções do mundo, conhecimentos e habilidades, padrões de conduta moral e projetos sociais, adequados aos seus interesses”.

Esses saberes são, portanto, a perspectiva material do pensado e do vivido pela classe trabalhadora em decorrência de sua relação contraditória com a classe que vive da exploração da mais-valia, constituindo-se na “[...] expressão concreta da consciência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente por estes sociais”, conforme Damasceno (1995, p. 25), considerando ainda que “[...] os grupos humanos na sua vida real, portanto na sua práxis cotidiana, não produzem apenas os bens materiais, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo, ideias, representações, saberes que contribuem para a reprodução e a transformação social”. (DAMASCENO, 1995, p. 21).

Note-se que esse postulado pressupõe os saberes sociais não como meros elementos criados para resolver problemas de uma determinada atividade laborativa, como algo meramente pragmático, mas sim como elementos que possibilitam a “transformação social”,⁵ porque elaborados a partir de uma perspectiva política de disputa de classe, como já salientara Grzybowski (1986) no parágrafo acima.

Além do mais, para Grzybowski (1986), o saber social, fruto de um estar no mundo como sujeito histórico, possibilita aos trabalhadores uma participação política mais produtiva no interior de suas lutas por uma hegemonia oposta ao capital, porque lhes constitui a matéria-prima para pensar-agir sua própria organização e luta, definindo ações, concebendo estratégias, buscando alternativas outras de sociabilidade.

Esse saber, como diz o próprio autor, refere-se a um conhecimento parcial, uma vez que está em contínuo processo de construção, até porque em processo se encontra a própria formação dos homens e também a sua materialidade histórica, situando-se sempre em um se-fazer-fazendo. Por outro lado, resulta em mecanismo de identificação e unificação de uma classe social, e isso implica considerá-lo como decorrente de atividades produtivas em que se encontram os homens, enquanto vão construindo sua materialidade histórica, de modo que, ao produzirem a existência, também gerariam saberes, os quais, porque oriundos de determinado trabalho, acabariam por vincular os homens entre si em virtude do que e como fazem.

Por fim, os saberes sociais, ainda conforme Grzybowski (1986), permitem aos homens a inserção numa estrutura de relações sociais de produção, o que implica considerá-los como elementos que possibilitam maior participação política de uma dada classe no interior de processos de construção hegemônica, porque possuidora de conhecimentos sobre o como se dão as relações e os embates políticos que fazem a história, caracterizando, assim, sua capacidade de propiciar aos homens também condições para “avaliar a qualidade” das relações de produção nas quais se inserem.

De um ponto de vista ontológico, os saberes nascem da materialidade histórica dos trabalhadores para nela continuarem agindo, a partir de seus interesses de classe, sendo essa materialidade histórica que lhes fornece a característica social, mediada pelo trabalho.

⁵ A expressão “transformação social” implica, em termos bastante amplos, um processo revolucionário que se pretende contribuir para com a queda do modo de produção capitalista, não significando com isso que essa transformação ocorra de forma imediata, mas *in processu*, paulatinamente, fruto de microações e de conquistas dos trabalhadores. Nesse sentido, acreditamos que as transformações operadas pelos trabalhadores no *locus* de trabalho, no seu cotidiano, fortalecendo-se como movimentos sociais, contribuem para se estruturarem enquanto sociedade civil, em moldes gramscianos, a fim de irem implementando *pequenos movimentos* em seus processos de luta, contribuindo para que esse ato revolucionário amplo venha a ocorrer.

2 O trabalho e a constituição do ser social pescador

Os pescadores, ao realizarem o intercâmbio material com a natureza, por meio do trabalho, não só transformam a *matéria natural*, produzindo *paneiros*, que servem para armazenar o pescado, ou tipos de malhadeiras e caniços, “[...] numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 34), mas também desenvolvem ações determinantes para a sua organização, a subjetividade e a objetividade, constituindo-os como *ser social*, isto é, como sujeitos que se identificam como sociais em decorrência do intercâmbio que travam também na sociedade com outros homens, tornando-se sujeitos de práxis, sejam elas produtivas, artísticas, científicas ou sociais.⁶

Nessa perspectiva, o *ser social pescador* é a unidade resultante do intercâmbio com a natureza e com outros homens, pois, ao interagir com a natureza, modifica-a em decorrência de suas necessidades, e, ao interagir com outros homens, mesmo em oposição, vai-se determinando como pescador. Desta forma, em suas relações, estabelecem outras formas de intercâmbio com a natureza e com os outros homens e, por conseguinte, configuram-se delineamentos diferenciados do ser social.

Trata-se, no plano sociológico, de se compreender que “[...] *não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade*” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 37, grifos nossos).

Entende-se, então, que os pescadores, pelo trabalho que desenvolvem, transformam a natureza e se transformam a si mesmos, humanizando-se,⁷ e transcendem a esfera do ser natural, à medida que configuram finalidades diferenciadas à natureza, produzindo objetividades materiais (como instrumentos de pesca) e/ou ideacionais (como valores, habilidades e conhecimentos) também diferenciadas, considerando-se a possibilidade de comparação com o trabalho realizado por outros grupos sociais. Nas palavras de Netto e Braz (2008, p. 42), “O ser social, assim estruturado e caracterizado, não tem nenhuma similaridade com o ser natural (inorgânico e/ou orgânico) [...]”, devendo ser “[...] identificado como o ser do homem, que só existe como homem em sociedade”. Nesse sentido, o ser social é o resultado das ações efetivas dos homens sobre a natureza e outros homens por meio do

⁶ Apoiamo-nos na classificação de tipos de práxis proposta por Vázquez (1968).

⁷ Tal qual proposto por Marx (2008, p. 211): “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”.

trabalho, desenvolvendo *características e traços que os distinguem da natureza*, autoproduzindo-se como seres sociais, de interação, socialização e criatividade.

Apoiados ainda em Netto e Braz (2008), consideramos que o ser social pescador caracteriza-se por realizar atividades teleologicamente orientadas para o exercício da pesca, objetivando-as material e idealmente, comunicando-as e expressando-as por meio de uma linguagem articulada resultante de suas práticas interacionais, escolhendo concretamente formas de operar na natureza.

Não menos importante está, ainda com base em Netto e Braz (2008), o fato de tratarem suas atividades e a si mesmos de maneira reflexiva, consciente e autoconsciente, transportando suas experiências laborativas para além do aqui-agora do dado imediato e singular dos fenômenos vividos, universalizando-as,⁸ portanto, além de procederem à socialização dessas experiências no interior de suas relações sociais.

Nesse sentido, os pescadores, enquanto fração de classe, configuram-se como um dos modos de existir do ser social, compreensão esta que parte do pressuposto de que “[...] é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (Ibidem, 2008, p. 37).

Eleonor Valente Farias Filho destaca, por exemplo, que, como pescadora, sabe “[...] fazer matapi⁹, malhadeira [...], tecer malhadeira de fibra, de náilon, qualquer material [...] de pesca, rede de puçá, rede de camarão [...]”, demonstrando que, no ofício que realiza e em decorrência das necessidades da pesca em um intercâmbio com a natureza, foi produzindo um conjunto de saberes materializados na elaboração de tecnologias para a captura do camarão e de peixes em geral, sendo capaz de discriminar os usos dos instrumentos que produz em seu cotidiano de trabalho. É nesse sentido, por exemplo, que ela explica que a *rede de camarão* “[...] é aquela malha pequenininha que a gente faz pra lançar na praia”.

Logo, esse saber produzido pela pescadora resulta não somente de seu intercâmbio com a natureza, mas também a partir do intercâmbio com outras gerações de pescadores, num processo de assimilação e reelaboração de saberes de pesca, que se generalizam entre os pescadores em decorrência das atividades similares que desenvolvem. É nesse sentido, então, que os saberes dos pescadores constituem-se como universais, porque se

⁸ Entendemos, a partir de Ferreira (1994), o termo *universalizar* como sentido de *generalizar*. Nessa perspectiva, os saberes que os pescadores elaboram a partir de uma realidade imediata e específica acabam por se generalizar para outras realidades, à medida que estas possam apresentar similitudes com as realidades primeiras que geraram determinado saber. É essa universalização ou generalização que permite, por exemplo, que as gerações mais novas vão *aprendendo e apreendendo* saberes produzidos por outras gerações, porque acabam por se ver em situações similares, mas não idênticas, àquelas que as geraram.

⁹ Armadilha para pesca do camarão.

propagam entre eles mesmos, possibilitando-lhes uma coesão de normas e procedimentos sobre as ações de pesca.

Não menos importante encontra-se também o fato de que, no intercâmbio com outros homens, vai o pescador constituindo-se como ser social, como nos relata o pescador Jorge Cardoso dos Santos sobre o como aprendera o processo de construção da *camaroeira*, um instrumento de pesca, a partir do intercâmbio com um colega de profissão.

[A camaroeira] eu não sabia [fazer]. Eu não sabia. Aí tem um colega meu que ele sabia fazer esse. Aí, quando foi um dia, ele disse: — Jorge, tira a tala e vai lá pra casa que eu vou te ensinar. [...] Aí eu vim aqui na cidade e comprei uma despesa e passei três dias lá aprendendo com ele. A gente prepara a tala tudo; elas são finas; aí tem umas que leva apontada. Aí a gente vai tecer aqueles parizinho, já entendeu? Aí a gente tece outro parizinho com aquela tala apontada; aí tece de novo; aí vai injuliar: ela mete esse pau dentro do parizinho pra ele firmar.

Das palavras de Jorge Santos, pode-se perceber o ser social pescador constituindo-se por meio do trabalho, agindo teleologicamente, propondo-se finalidades e antecipando metas, criando produtos que ganham objetividade à medida que concretizam projetos, no caso a produção de *camaroeiras* para a captura de camarões. Nessa perspectiva, seguindo os postulados marxianos (MARX, 2008, p. 212) sobre o processo de trabalho, os pescadores em suas atividades vão operando transformações, subordinando-as a um determinado fim, incorporando o trabalho ao objeto sobre o qual atuam.

No demais, a aprendizagem da *camaroeira* somente fora possível devido ao concurso da linguagem articulada, que “[...] comunica e expressa conhecimentos e relações obtidas mediante a reflexão e a autorreflexão operadas pelo pensamento e constitutivas da consciência [...]” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 41), como quando da interação entre os dois pescadores.

Não menos importante é a observação que se faz, com base no discurso do entrevistado, de que o ser social pescador, ao particularizar-se entre outras frações de seres sociais que permeiam a sociedade, universaliza, pelo conhecimento, a feitura dos seus instrumentos de pesca, transcendendo, para outras instâncias temporais, o momento daquela aprendizagem.

Seguindo as considerações de Netto e Braz (2008, p. 42) e transpondo-as para o contexto do ser social pescador, pode-se considerar que esse ser social

Na sua ação e na sua atuação, [...] sempre encontra alternativas e sempre pode escolher — e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher — tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das

singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar. E, enfim, para reproduzir-se como tal, ampliar-se e enriquecer-se — o que não pode fazer através de mecanismos meramente genéticos ou biológicos — o ser social dispõe da capacidade de sociabilização, isto é, ele é passível de apropriação e desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria social, através, fundamentalmente, dos processos de interação social, especialmente os educativos (formais e informais).

Os pescadores, no contexto de atuação da Z-16, constituem-se seres sociais por materializarem em suas práticas produtivas os elementos que particularizam o ser social, como a capacidade de agir teleologicamente, objetivando material, e idealmente a realidade, optando por aquela que melhor lhes atenda às necessidades, além de socializarem seus legados com outros membros da sociedade, num processo contínuo de universalização-propagação de experiências socioeducativas mediadas pelo trabalho para além das experiências temporais de aprendizagem.

Trata-se de seres sociais, pescadores, em oposição a outros seres sociais que têm, no exercício de suas práticas laborativas, outra identidade laboral, como artesãos, agricultores, por exemplo. Ou seja, são seres sociais que tomam o exercício da pesca como demarcação de identidade político-social no interior das relações societárias que permeiam suas existências.

3 Trabalho e Identidade: os conhecimentos do ofício de pescador

Para Marx (2008a), o trabalho é o elemento fundante das relações humanas e, por meio dele, o homem forja as condições materiais para a existência. Concomitantemente, o trabalho também vai constituindo a subjetividade, permitindo uma construção de identidade, ou seja, de um conjunto de representações sociais em comum que possibilitam aos homens se integrarem em uma esfera coletiva, porque se percebem como sujeitos envolvidos por atividades similares, tanto no campo do trabalho, em sua manifestação concreta, quanto em sua expressão abstrata.

Em sua expressão concreta, pelo trabalho o homem encontra as condições para sua humanização, produzindo cultura, saberes, condições materiais para sua existência física, independentemente do modo de produção que lhe constitua a história. Em sua faceta abstrata, objetivado pelo modo de produção capitalista, encontra razões para a organização política, para o envolvimento social enquanto classe que busca a superação de um modo de produção excludente.

Mas, para que esse envolvimento social, enquanto classe, se efetive, os homens necessitam inicialmente se perceberem como sujeitos partícipes de uma totalidade de ações

resultantes de determinado trabalho. Sem essa tomada de consciência como coletividade com traços identitários em comum, perde-se a condição para a organização e, por conseguinte, para o exercício de ações que consubstanciam a luta consciente de classes. Assim, por não perceberem elementos que os unifiquem enquanto trabalhadores especializados em um tipo de fazer, em dada situação histórica, veem-se fragilizados coletivamente no exercício do saber-fazer que desenvolvem.

Nesse sentido, o exame do trabalho em sua faceta concreta, na observação do “intercâmbio material entre o homem e a natureza” (MARX, 2008, p. 218), é condição importante para se compreender seus processos organizativos e seus embates políticos, porque acabam por se configurar na materialidade de traços que os conduzirão à organização, passando a uma consciência da negação das condições para a efetivação, enquanto coletividade desse intercâmbio.

Em termos de pescadores artesanais ligados à Z-16, observamos, a partir desse intercâmbio de que nos fala Marx (2008), um saber social enquanto conhecimento resultante de um pensar-agir no ofício da pesca, que lhes vai gerando uma representação coletiva sobre o *modus operandi* dessa atividade, materializado em conhecimentos sobre rios, peixes, marés, artefatos de pesca, dentre outros, acabando por se configurar como imprescindível para que os pescadores se percebam, inicialmente, como coletivo, uma classe de trabalhadores que milita em um mesmo ofício, como o foram os artesãos no exercício do ofício que realizavam, na Inglaterra do século XIX (cf. THOMPSON, 1987).

Nesse sentido, compreendemos, de acordo com Thompson (1987), que os pescadores, ao sentirem e articularem a identidade de seus interesses a partir de experiências comuns no trato da pesca, vão se constituindo como embrião de classe, porque a constituição de classe, em seu sentido amplo, dá-se quando os homens, “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987c, p. 10, grifo nosso). Examinamos, contudo, neste momento, essas experiências comuns, sem ainda considerar essa oposição a “[...] outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Ibidem, p. 10).

No que diz respeito à sua construção socioidentitária, os pescadores se reconhecem como sujeitos com conhecimentos sobre o ofício da pesca no interior do município de Cameté, tal como destaca o pescador Irácio Nunes, afirmando ser o pescador aquele que “[...] entende o processo da pesca”, ou seja, o cidadão ribeirinho que, no cotidiano, produz conhecimentos sobre seu ofício.

Esse entendimento sobre o processo da pesca como elemento de identidade desse trabalhador implica um conhecimento sobre a totalidade do ofício realizado. O pescador, nesse sentido, não é o sujeito que domina parcialmente as ações de seu trabalho, como em linhas de montagem fordistas, mas aquele que demonstra conhecimentos sobre a natureza e sobre as tecnologias por ele criadas no interior de suas experiências de pesca e de suas necessidades laborativas, desenvolvendo uma *práxis produtiva*, à medida que, por meio dela, produzem

[...] um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmas neles finalidades ou projetos humanos, como também no sentido de que na *práxis produtiva* o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo. (VÁZQUEZ, 1968, p. 198).

O pescador é, então, o sujeito que, por meio de sua *práxis produtiva*, conhece o processo da pesca, implicando conhecimentos sobre marés, tipos de peixes e também sobre métodos e técnicas de pesca; possui seus instrumentos de pesca e sabe utilizá-los, como rede, caniço, malhadeira, o que demonstra um conhecimento especializado sobre o ofício que desenvolve, constituindo-se um sujeito que adquire conhecimentos no cotidiano de sua prática profissional, conforme o pescador Irácio Nunes: “[...] *Eu acho que é o conhecimento que ele adquire, digamos assim, no cotidiano da vida do pescador*”.

No intercâmbio com a natureza, o pescador vai conhecendo, experienciando e produzindo saberes, como quando da definição dos tipos de marés, conforme Irácio Nunes, para o qual a *tapecuema*¹⁰, por exemplo, é prejudicial para a pesca do mapará¹¹, já que para esse peixe a maré alta é de suma importância. São conhecimentos desse tipo que conferem ao pescador uma identidade diferenciada em relação a outros trabalhadores, identificando-os, do ponto de vista do trabalho, como aqueles que dominam conhecimentos relacionados ao cotidiano da pesca.

Considerações Finais

Do ponto de vista da divisão do trabalho em geral (MARX, 2008), diríamos que o ofício desenvolvido pelo pescador e os saberes daí decorrentes distinguem-lhe a produção como pertencente à indústria extrativa, relativa a uma divisão do trabalho em particular, a pesca, que lhe foi permitindo a elaboração de saberes sobre tipos de peixes, técnicas de pesca

¹⁰ Tipo de maré alta, cheia.

¹¹ Trata-se de peixe tradicional da pesca cametaense.

e de construção e uso de instrumentos necessários para a captura do pescado, demarcando-lhes os limites da própria fração de classe que se constituiu em termos de organização política, a partir do momento em que seus modos tradicionais de existência passaram a sofrer impeditivos para sua perpetuação¹².

Nossos resultados também apontam que os saberes sociais dos pescadores estão para além de uma demarcação identitária de fração de classe, servindo-lhes ainda, em oposição às ações do capital na região¹³, como elementos para a construção de um saber-conhecimento de contestação da realidade criada pelo modo de produção capitalista.

Corroborando com essa análise o disposto pelo pescador Irácio Nunes, para o qual

[...] o principal culpado pela falta de pescado aqui no nosso, no nosso, não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins, foi o projeto da barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui. Os peixes já não têm o mesmo rio pra subir, pra reproduzir [...]. Fato principal da escassez do pescado no baixo Tocantins foi a construção da barragem de Tucuruí.

Ou seja, ao mesmo tempo em que expressa um conhecimento sobre tipos e formas de reprodução de peixes, influência de marés, sua fala também revela um *saber enquanto*

¹² Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do município de Cametá, a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a vida dos pescadores sofreu sérios prejuízos, tanto ambientais quanto econômicos, precarizando ainda mais a existência ao longo do rio Tocantins. O documento expressa que 70% dos entrevistados informaram “[...] o escasseamento de peixes no rio Tocantins e seus afluentes”, e 65% dos entrevistados destacaram que a água estava poluída, causando diarreia, doenças de pele e doenças estomacais” (Fonte: Um resumo do relatório da pesquisa participativa realizada pelo grupo (sic) de base do MAB no município de Cametá – Setor Médio – no período de fevereiro a março de 2006). Para o MAB de Cametá, antes da Barragem o pescador no interior das ilhas vivia da pesca e do extrativismo vegetal, mas depois virou seu modo de vida sucumbir diante das interferências do capital, metamorfoseado na figura desse grande projeto energético. Ao longo dos anos pós-construção da barragem, os pescadores foram verificando a diminuição de pescado, o empobrecimento ainda mais das comunidades e a perda de seus valores culturais, de sua identidade.

¹³ Neste trabalho, expomos que o capital na região em que vivem os pescadores manifesta-se em ações políticas desencadeadas pelas oligarquias locais e nos impactos dos grandes projetos energéticos que aí se instalaram, como a Hidrelétrica de Tucuruí. De acordo com Sousa (2002), essas oligarquias imprimiram aos trabalhadores rurais de Cametá, durante anos, um sistema de dominação que aproximava a vivência desses últimos à de trabalhadores escravos. Tratava-se de um sistema de crédito conhecido como *aviamento*, em que um comerciante, interligado com comerciantes da Capital do Estado, supria de mantimentos os pescadores, por exemplo, para receber em pagamento produtos extraídos do interior das ilhas, como cacau, castanha-do-pará, borracha. Nesse tipo de relação o trabalhador geralmente se encontrava em débito, haja vista que baixo era o valor atribuído à sua produção, mas alto era o preço dos produtos a ele fornecidos. Quanto à Hidrelétrica de Tucuruí, entendemos que sua presentificação na região correspondeu a uma ação do sociometabolismo do capital que foi conduzindo os pescadores a assumirem novos procedimentos de vida, como formas de sobreviver às investidas daquele, oportunizando a construção de saberes diferenciados no interior dessa dinâmica. Ou seja, à medida que o capital, por meio de seu projeto mínero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, produzia saberes que legitimavam sua presença na região, como o do paradigma do desenvolvimento regional a partir da obtenção de energia pelo represamento do rio Tocantins, os pescadores, em virtude da materialidade negativa desse projeto para a realidade de vida por eles experienciada, também elaboravam saberes de contestação social, fomentando formas outras de compreensão do desenvolvimento da região. Entendemos, então, que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região.

atitude política (VÁZQUEZ, 1968) diante da ação do capital na região em que se encontra a Z-16, a partir das consequências negativas resultantes da construção da hidrelétrica de Tucuruí, expondo como, dialeticamente, o pescador articula diferentes saberes, a fim de compreender a realidade social, problematizando-a e ampliando uma consciência de classe, para além da compreensão de constituir-se membro de um conjunto de homens e mulheres que realizam um ofício em comum, à medida que elabora um conhecimento sobre causa e consequência a partir da relação entre construção da Hidrelétrica de Tucuruí e diminuição de pescado, percebendo nisso uma situação que se opõe ao desenvolvimento de seu modo de vida.

E é esse amalgama das experiências resultantes do ofício de pescador em uma relação de oposição aos interesses do mercado, metamorfoseados na região na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, que foram constituindo as condições para que os pescadores se percebessem de forma integral como uma fração de classe, tal como o disposto por Thompson (1987), para o qual os homens se constituem como classe porque sentem e articulam uma identidade de interesses entre si, resultantes de experiências em comuns, herdadas ou partilhadas. No que se refere a pescadores, o exercício da pesca lhes possibilita partilhar experiências transmutadas em conhecimentos sobre tipos de peixes, processos de reprodução pesqueira, implicando conhecimentos sobre temperatura de água, enchente e vazante do rio, influência da chuva, por exemplo.

Por outro lado, a materialidade classista não se constitui tão somente porque os homens partilham experiências e interesses em comum, mas também porque, no campo das relações sociais, esses elementos se antagonizam a interesses e experiências de outros homens, porque frutos de materialidades históricas distintas. Em termos de pescadores artesanais de Cametá, suas experiências e interesses ao longo do processo de construção da Hidrelétrica de Tucuruí foram sendo precarizados, destruídos, prejudicando-lhes a existência.

Mas há de se considerar, contudo, que esse processo de construção de uma identidade de classe, entre os pescadores aqui analisados, resultou, em termos de saberes sociais, de uma operacionalização dialética, que transforma experiências de ofício em instrumentos de problematização social, importantes para a construção de formas de organização, conforme Sztompka (1998).

Assim sendo, os conhecimentos resultantes do ofício de pescador cumprem funções sociais, ao se consubstanciarem em elementos para a produção de outros conhecimentos necessários para uma análise crítica do mundo em que vivem. Estando-se diante de uma concepção de conhecimento como algo que se faz verdade para transformar a

realidade colocada diante dos homens, consideramos que tal investida requer um posicionamento antagônico e problematizador face à realidade que se vivencia. Nesse sentido, com base em Vázquez (1968, p. 127), podemos afirmar que os pescadores, nesse processo, vão adquirindo “[...] consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”.

Em nossas análises, constatamos ainda que as práticas de ofício dos pescadores não são “esvaziadas de ingredientes teóricos” (VÁZQUEZ, 1968, p. 210), porque resultantes de um fazer em simbiose com uma racionalidade reflexiva. São conhecimentos que emergem do intercâmbio com a natureza, ampliam-se em seu interior e são ressignificados politicamente em suas práticas. Ou seja, esses saberes do trabalho dos pescadores contribuíram para um processo de consciência de classe, à medida que lhes possibilitaram um imergir na realidade social, e, a partir disso, perceber as contradições sociais, os conflitos de interesse: de um lado, a Hidrelétrica de Tucuruí surgindo na região como arauto do desenvolvimento econômico, como se a lógica destrutiva do capital estivesse já subjugada pelos trabalhadores em seu processo de revolução;¹⁴ de outro, os pescadores vivenciando os efeitos destrutivos do capital, implicando diminuição de pescado e, por conseguinte, reconfiguração de seus modos de existência, haja vista que, sem peixes nos seus *locus* de existência, tiveram de adentrar o núcleo urbano do município, moldando suas vidas à lógica do mercado, tornando-se feirantes, trabalhadores do mercado informal, a fim de suprir suas necessidades de vida.¹⁵

Em termos de identidade, os saberes produzidos pelos pescadores no interior do ofício que realizam favoreceram a organização política, a atitude contestadora diante da realidade, definindo-lhes como fração de classe com modo de vida peculiar em constante processo de negação pelo capital, mas também em constante oposição a ele, à medida que, no contínuo intercâmbio com a natureza e com outros homens, foram se constituindo sujeitos da pesca, críticos à ação do capital na região, buscando condições de existência que lhes assegurasse o modo tradicional de vida.

Nesses intercâmbios, os pescadores foram garantindo a sua identidade como sujeitos que conhecem rios, tempos de pesca, tipos de peixes, marés, mas também que se entrecruzam com outros pescadores, estabelecendo relações, socialização de conhecimentos, valores, atitudes, e opondo-se a um sociometabolismo que prima pela fragmentação identitária

¹⁴ Cf. Costa (2006).

¹⁵ Cf. Carvalho (1998).

como mecanismo para tornar os trabalhadores menos coesos e, conseqüentemente, mais suscetíveis à dominação.

Neste trabalho, consideramos que essa vivência de saberes, de relações atitudinais entre os pescadores foram se constituindo elementos importantes para que eles buscassem, ao longo da trajetória histórica por eles vivenciada, a sua própria organização política. Ou seja, o processo de organização mediado pela Z-16 foi possível porque muito antes os pescadores vivenciavam relações de identidade tanto laborais quanto afetivas em seus intercâmbios.

Referências

ARANHA, Antônia Vitória Soares Aranha. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 2, p. 12-30, ago./dez. 1997.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. A região do Médio Paraíba fluminense — das disparidades à democratização. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 9, n. 38, p. 75-84, abr./jun. 1995.

CARVALHO, Delza Maria de. *Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá/PA*. Belém: Camutás, 1998.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DAMASCENO, Maria Nobre. O saber social e a construção da identidade. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 9, n. 38, p. 19-39, abr./jun. 1995.

_____. *Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato*. Fortaleza: Edições UFC / Stylus Comunicações, 1990.

FARTES, Vera. Da qualificação formal às qualificações tácitas: aprendendo a ser operador de processo em uma indústria de refino de petróleo. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 9, p. 148-172, jul./dez. 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1994.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro, 2007.

FRIGOTTO, Guadêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2006.

- FURTADO, Gislane; BARRA, José Domingos F. *Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos*. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)
- GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.
- IBGE. *Contagem da População 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 25 mar. 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. V.1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORAES, Sérgio Cardoso de. *De homens e peixes: a metamorfose da vida na água*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Eloísa Helena. *Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho*. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez. 2000.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V. 3.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 1968.